



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

### **1. Apresentação do Poder Judiciário e das Demonstrações Contábeis**

Enumerados no artigo 92 da Constituição Federal de 1988, como órgãos do Poder Judiciário, os Tribunais de Justiça estaduais, integram a justiça comum nos Estados juntamente com os Tribunais Federais. Sua competência e organização estão definidas na Constituição de cada Estado, e no respectivo Código de Organização Judiciária.

Com sede na capital e jurisdição em todo território do estado, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), conta, atualmente, com uma força de trabalho de 52 (cinquenta e dois) Desembargadores, 483 (quatrocentos e oitenta e três) Juizes de direito e 7.726 (sete mil setecentos e vinte e seis) Servidores Públicos ativos, atuando na área fim e na área meio, ambas no mister da prestação jurisdicional ao cidadão, visando a pacificação social.

O custo necessário ao bom funcionamento da máquina judiciária, é suportado por meio de orçamento público aprovado em Lei Orçamentária. Por sua vez, a operacionalização dos recursos orçamentários e financeiros do Poder, com seus respectivos reflexos patrimoniais, ocorre por meio de duas unidades gestoras: o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário (FERM-PJ).

Nesse contexto, em cumprimento à legislação e à necessidade de possibilitar o controle social, o Poder elabora e publica as demonstrações contábeis, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

Para tanto, observa-se as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), fruto do processo de convergência contábil das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais.

Compromissado com esse processo, o Poder vem implementando várias ações no acompanhamento do cumprimento dos prazos de implantação estabelecidos na Portaria nº 548 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, de 24 de setembro de 2015, e alterações monitorados pelo Tribunal de Contas de Pernambuco, por meio de Anexo à prestação de contas anual do Poder.

Dentre as ações, conta com a continuidade da implantação do sistema PE-Integrado do Governo do Estado, contemplando os módulos de compras, licitações, contrato, patrimônio e almoxarifado, especialmente, devido a integração com o Sistema





## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

Corporativo eFisco, ferramenta de gestão e contabilização da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, utilizada por todos os Órgãos e Entidades dos Poderes, consoante prescrito no Decreto nº 31.276/08 e no § 6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2001– Lei de Responsabilidade Fiscal.

### **2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, somadas às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, é observada a legislação vigente aplicada, dentre as quais destaca-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (L.R.F.).

O processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público às normas internacionais ainda não foi concluído, existindo normas internacionais (IPSAS) que ainda serão adotadas como normas brasileiras, servindo, nesse caso, como referencial teórico para os temas ainda não regulamentados.

Nesse sentido, as demonstrações contábeis devem estar em consonância com os novos padrões de contabilidade, por serem o conjunto consolidado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade, sendo compostas por:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- III. Balanço Orçamentário;
- IV. Balanço Financeiro;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- VI. Notas Explicativas.

Foram elaboradas por unidade gestora do Poder, UGE 070001 - Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e UGE 070002 - Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERM-PJ), a partir das informações registradas no Sistema Corporativo e-Fisco, do Poder Executivo estadual.

As demonstrações contemplam as notas explicativas, que contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas referidas peças contábeis.





## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

---

### **2.1. Sumário das Principais Práticas Contábeis**

#### **2.1.1 Disponibilidades**

Compreendem o caixa e equivalentes de caixa e são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

#### **2.1.2 Créditos e Valores a Curto Prazo**

Referem-se aos direitos a receber relacionados, principalmente, a créditos resultantes de acordo com servidores e ex-servidores, a multas por descumprimento contratual, a arrendamentos e a ressarcimento de pessoal cedido. São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. O ajuste para perdas é registrado, com base na perspectiva de recebimento, conforme metodologia detalhada no item 2.1.4 abaixo.

#### **2.1.3 Estoques**

Compreende o almoxarifado do Poder. São registrados com base no valor de aquisição/produção. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.

#### **2.1.4 Créditos a Longo Prazo**

Composto pelos valores inscritos em dívida ativa não tributária, decorrentes, em sua maioria, de créditos a receber de acordos com servidores e ex-servidores, bem como descumprimentos contratuais. São avaliados e mensurados pelo valor original, atualizados mensalmente, com base no art. 14 da Lei nº 13.178 de 29 de dezembro de 2006, com respectivos acréscimos levados para o resultado patrimonial do período.

O MCASP (7º edição) não define metodologia a ser adotada para cálculo do ajuste para perdas. Este está sendo registrado pelo Poder desde 2015, com base em orientações contidas em edições anteriores do Manual, conforme demonstrativo a seguir.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	Ano 3	Ano 2	Ano 1
Créditos Recebidos no Exercício	a1	a2	a3
Soma dos Saldos Mensais dos Créditos a Receber	b1	b2	b3
Média Anual de Saldos Mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1*100$	$d2=a2/c2*100$	$d3=a3/c3*100$
Média Percentual de Recebimentos dos Três Últimos Exercícios	$e= (d1+ d2+ d3)/3$		
Ajuste para Perdas	$f=100-e$		

**2.1.5 Imobilizado**

O ativo imobilizado compreende os bens móveis e imóveis da instituição. É mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares, e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.

Sistematicamente, os bens adquiridos com recursos do FERM-PJ são transferidos para a unidade gestora TJPE, nos termos do § 1º, art. 6º da Instrução de Serviço nº 7/2013, alterada pelo art. 1º da Instrução de Serviço nº 2/2016, possibilitando assim o adequado controle patrimonial unificado.

No contexto de implantação das NBCASP, alguns procedimentos iniciais estão sendo realizados, seguindo cronograma informado ao Tribunal de Contas do Estado-TCE/PE, anexo à prestação de contas anual do Poder, bem como orientações específicas contidas no MCASP, dentre as quais, destaca-se que a entidade “deve reconhecer os efeitos do reconhecimento inicial dos ativos como ajuste de exercícios anteriores no período em que é reconhecido pela primeira vez de acordo com as novas normas contábeis (...)”. Tal fato impacta na evidenciação do balanço patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais do exercício, conforme detalhado abaixo.

**2.1.5.1 Bens Móveis**

Os bens estão reconhecidos ainda a valores históricos, devidamente conciliados com o inventário elaborado pela Gerência de Patrimônio da Diretoria de Infraestrutura. Os procedimentos de avaliação estão em processo de discussão na instituição, tendo sido definido, com o intuito de melhorar a evidenciação desses ativos, que os bens





## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

móveis adquiridos nos últimos 10 anos serão depreciados a partir de 2019 por meio de nova rotina do sistema informatizado de controle patrimonial, que está sendo desenvolvida pela Secretaria da Tecnologia da Informação e Comunicação. Nesse sentido, os bens, adquiridos antes de 2009, que representam 30% do total, serão posteriormente avaliados, dentro do conceito de adoção inicial da norma, possibilitando a respectiva depreciação.

### **2.1.5.2. Bens Imóveis**

Em 2018, concluiu-se a avaliação dos imóveis pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), restando pendente 9 unidades que estão sendo revistas pela unidade competente.

As avaliações foram elaboradas com base no Método Evolutivo, previsto na Norma Brasileira de engenharia que disciplina a matéria, NBR nº 14.653-1, o qual consiste na identificação do bem pelo somatório das parcelas dos componentes do imóvel. O referido método utiliza ainda as seguintes fontes de informações: vistorias realizadas no imóvel, pesquisas de mercado, publicações especializadas em engenharia de avaliação, além de material fotográfico

Essas avaliações, vêm refletindo em diversos registros contábeis de ajuste e reconhecimento de bens imóveis, com impacto na conta de ajuste de exercícios anteriores por estarem contempladas no contexto de adoção inicial das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A política definida foi de registrar todos os imóveis com obras concluídas até 2015 pelo valor da avaliação técnica realizada pela DEA. Já aquelas finalizadas a partir de 2016 são reconhecidas pelo custo de aquisição ou construção. Para ambas situações, a depreciação está sendo registrada referente aos bens já avaliados, com base na vida útil informada no parecer técnico avaliatório.

Em observância ao conceito de ativo imobilizado contido no MCASP, os bens até então avaliados pela DEA, cuja propriedade não é do TJPE, mas os riscos, benefícios e controle foram identificados como sendo do Poder, foram também incorporados ao patrimônio deste.

### **2.1.6 Intangível**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base





## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação. No caso deste Poder, corresponde especificamente a softwares e são amortizados quando possuem vida útil definida.

### **2.1.7 Depreciação e amortização**

A depreciação representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

Desde 2016, iniciou-se o reconhecimento deste fenômeno apenas para os bens imóveis já avaliados pela DEA, além de um imóvel cedido pelo TCE, nos termos definidos no cronograma de adoção inicial junto ao referido tribunal. O cálculo vem sendo realizado em planilha Excel, em virtude das limitações do atual sistema de gestão patrimonial, com base na vida útil definida, adotando-se o método de quotas constantes.

Para os bens móveis, o procedimento de depreciação está previsto para ser implementado em 2019 para os bens adquiridos nos últimos 10 anos. Os demais serão avaliados dentro do critério de ajuste por adoção inicial, previsto nas normas vigentes.

Considerando a perspectiva de implantação do módulo de patrimônio do PE-Integrado somente para o segundo semestre/2020, as áreas envolvidas definiram os parâmetros para construção da rotina de depreciação no sistema de Gestão Patrimonial do Poder, em fase de testes pela Secretaria da Tecnologia, Informação e Comunicação (SETIC).

A amortização, por sua vez, é realizada para bens incorpóreos registrados como ativo intangível. A causa que influencia a redução do valor do ativo é a existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. No TJPE, o registro de amortização foi iniciado em 2012, controlado por meio de planilha em Excel, pelas mesmas limitações anteriormente citadas. A Secretaria de Tecnologia e Comunicação – SETIC é a responsável pela definição do tempo de vida útil dos softwares considerados como de vida útil definida, bem como pela revisão daqueles classificados como indefinida. A vida útil é o critério utilizado como base para a amortização, calculada pelo método de quotas constantes e sem valor residual.

### **2.1.8 Passivo Circulante**

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescidas dos respectivos encargos, quando aplicável, que são levados para o resultado. Destacam-se as férias que são apropriadas mensalmente por competência,





## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

refletindo os valores devidos até o encerramento do exercício. Em 2018, iniciou-se o registro do passivo de licença prêmio devido a servidores, apenas aos que possuíam dez ou mais anos de efetivo exercício prestado ao TJ, atendendo aos requisitos em 04/06/99, antes da emenda constitucional nº 16/1999 do Estado de Pernambuco. As obrigações relativas a cauções em pecúnia, decorrentes de contrato, são atualizadas mensalmente, aumentando a respectiva obrigação.

### **2.1.9 Receitas e Despesas Orçamentárias**

As receitas são reconhecidas quando arrecadadas e as despesas quando empenhadas, ambas pelo seu valor nominal, classificadas em conformidade com a Parte I e Anexo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela STN, que trata dos aspectos orçamentários.

#### **2.1.10 – Apuração do Resultado**

A contabilidade aplicada ao setor público possibilita a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

#### **Resultado patrimonial**

Decorre da confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD), ocorridas no exercício, apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício, representando acréscimo ou decréscimo ao patrimônio da Entidade.

#### **Resultado orçamentário**

O regime orçamentário adotado segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.





## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

### Resultado financeiro

Apurado no Balanço Financeiro, representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e impactaram nas disponibilidades.

É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, por meio da geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

### 3. Balanço Patrimonial

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, os seguintes quadros foram elaborados:

- ✓ Quadro do Balanço Patrimonial – MCASP
- ✓ Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

#### 3.1. Quadro do Balanço Patrimonial - MCASP

**Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa** – Compreende os valores disponíveis, em moeda nacional, mantidos em instituições financeiras oficiais, conforme detalhado abaixo:

Descrição	2018	2017
Conta Única	186.864,79	55.907,45
Contas Movimento	56.126,67	31.059,55
CDB/RDB	-	1.675.174,95
Fundos de Aplicação Financeira	55.453.257,02	43.792.358,22
Total	55.696.248,48	45.554.500,17

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro







**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

**Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo** – Compreende os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo, deduzidos do ajuste para perdas, relacionados a adiantamentos concedidos a servidores relativos ao abono constitucional de férias, recebidos em dezembro para gozo em janeiro/18; multas a recuperar; créditos de apropriação indébita e encontro de contas de servidores e ex-servidores; créditos gerados por multas aplicadas a fornecedores. Em 2018, o percentual de ajuste para perdas de créditos a curto prazo foi de 97,71%, calculado pela metodologia explicitada no item 2.1.2.

Esses créditos constam evidenciados no quadro a seguir.

Descrição	2018	2017
Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	3.730.825,76	3.763.550,76
Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores	1.824.472,36	2.257.365,85
Convênio de Cessão de Pessoal	1.787.787,24	-
Abono Constitucional de Férias	-	7.667.049,84
Outros Créditos a Receber	15.799,21	-
( - ) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	(3.645.389,85)	(3.582.523,97)
( - ) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Servidores e Ex-servidores	(1.782.691,94)	(2.148.786,55)
<b>Total</b>	<b>1.930.802,78</b>	<b>7.956.655,93</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 3 – Estoques** – Compostos por dois almoxarifados, sendo um de materiais de consumo administrado pela Diretoria de Infraestrutura e o outro de materiais médico e odontológico gerido pelo Centro de Saúde do TJPE.

Descrição	2018	2017
Almoxarifado - Material de Consumo	6.343.048,53	7.131.765,28
Almoxarifado - Saúde	251.765,44	336.000,29
<b>Total</b>	<b>6.594.813,97</b>	<b>7.467.765,57</b>

**Nota 4 – Créditos a Longo Prazo** – O montante de R\$ 17.955,39 refere-se à expectativa de recebimento de créditos inscritos na Dívida Ativa não Tributária,





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

realizáveis no longo prazo, relativos a multa contratual e valores recebidos por ex-servidores sujeitos a devolução, deduzido do ajuste para perda. Em 2018, esse ajuste representou 98,95%, calculado com base na metodologia explicitada no item 2.1.4, que refletiu em uma redução ao valor estimado a receber em 2017.

Descrição	2018	2017
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	1.710.036,85	1.122.547,50
( - ) Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	(1.692.081,46)	(1.089.544,60)
<b>Total</b>	<b>17.955,39</b>	<b>33.002,90</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 5 – Imobilizado** – Composto por Bens Móveis e Imóveis, consoante detalhamento abaixo, onde todos os bens do Poder estão centralizados na unidade TJPE, em razão de o FERM-PJ não possuir ativos dessa natureza. Conforme exposto no item 2.1.4, há apenas o reconhecimento da depreciação dos bens imóveis já avaliados, bem como um imóvel cedido pelo TCE.

Descrição	2018	2017	Crescimento %
	(a)	(b)	(c) = (a - b) / b*100
Bens Imóveis	711.187.758,70	668.171.707,28	6,44%
Bens Móveis	237.499.679,35	223.659.298,08	6,19%
( - ) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(23.028.490,13)	(14.813.398,83)	55,46%
<b>Total</b>	<b>925.658.947,92</b>	<b>877.017.606,53</b>	<b>5,55%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Devido à relevância desse grupo, optou-se pela divisão da nota em 6.1 e 6.2, bens móveis e imóveis, respectivamente, evidenciados abaixo.

**Nota 5.1. Imobilizado - Bens Móveis** – Totalizaram R\$ 237.499.679,35, distribuídos nas contas contábeis, detalhadas no quadro a seguir





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

Descrição	2018	2017	Varição 2018 / 2017	Análise Vertical 2018	Análise Vertical 2017
Bens de Informática	96.243.602,12	94.154.544,03	2,22%	40,52%	42,10%
Móveis e Utensílios	64.493.698,65	61.761.979,04	4,42%	27,16%	27,61%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas <sup>1</sup>	53.802.428,22	49.180.234,77	9,40%	22,65%	21,99%
Veículos	21.156.862,16	16.794.440,06	25,98%	8,91%	7,51%
Coleções e Materiais Bibliográficos	1.709.892,34	1.674.904,32	2,09%	0,72%	0,75%
Obras de Arte e Peças para Exposição	78.345,92	78.345,92	0,00%	0,03%	0,04%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	14.849,94	14.849,94	0,00%	0,01%	0,01%
<b>Total</b>	<b>237.499.679,35</b>	<b>223.659.298,08</b>	<b>6,19%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Em 2018, em relação ao montante desse grupo, a contabilidade encontra-se a maior em R\$ 139.362,34, evidenciado no Relatório de Inventário, devido a classificação equivocada nesse grupo do ativo, por tratar-se de instalações, fato este a ser regularizado em 2019, com transferência para conta de Instalações em Andamento.

**Nota 5.2. Imobilizado - Bens Imóveis – Os bens encontram-se estruturados nos grupos abaixo, identificados individualmente.**

Descrição	2018	2017	Varição 2018 / 2017	Análise Vertical 2018	Análise Vertical 2017
Edificações em Geral	499.664.704,99	485.800.784,80	2,85%	70,26%	72,71%
Terrenos com Edificações	96.687.334,35	88.027.386,85	9,84%	13,60%	13,17%
Obras em Andamento	66.920.415,79	41.511.077,69	61,21%	9,41%	6,21%
Bens Imóveis do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental	27.809.214,30	27.809.214,30	0,00%	3,91%	4,16%
Terrenos sem Edificações	14.553.967,33	18.958.877,53	-23,23%	2,05%	2,84%
Instalações	2.888.115,64	4.032.456,56	-28,38%	0,41%	0,60%
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	1.289.701,56	0,00%	0,18%	0,19%
Estudos e Projetos	807.512,54	742.207,99	8,80%	0,11%	0,11%
Instalações em Andamento	566.792,20	-	-	0,08%	-
<b>Subtotal</b>	<b>711.187.758,70</b>	<b>668.171.707,28</b>	<b>6,44%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
( - ) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis <sup>1</sup>	(23.028.490,13)	(14.813.398,83)	55,46%	-	-
<b>Total</b>	<b>688.159.268,57</b>	<b>653.358.308,45</b>	<b>5,24%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Refere-se à depreciação sobre Edificações em Geral, Instalações e Bens Imóveis Cedidos por Terceiros.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

**Nota 6 – Intangível** – Especificamente relacionado a software, encontra-se evidenciado pelo valor líquido, deduzido da respectiva amortização acumulada, reconhecida para aqueles com vida útil atribuída como definida, detalhado no quadro abaixo.

Detalhamento	2018	2017
Softwares em Uso	28.470.359,91	26.975.170,77
( - ) Amortização Acumulada	(21.316.973,48)	(18.571.184,85)
<b>TOTAL</b>	<b>7.153.386,43</b>	<b>8.403.985,92</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 7 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo** – Compreendem as obrigações de férias, referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, e encargos a pagar, entre outros, com vencimento no curto prazo, evidenciadas no quadro a seguir.

Descrição	2018	2017
Férias – Remuneração/subsidio - Folha de Pessoal Civil <sup>1</sup>	79.032.740,90	79.689.166,96
Licença Prêmio <sup>1</sup>	28.602.479,88	-
Férias - Abono Constitucional - Folha de Pessoal Civil <sup>1</sup>	25.588.354,06	25.845.466,35
Férias - Contribuição Patronal RPPS <sup>1</sup>	18.625.484,01	18.785.266,25
Férias – Auxílio Alimentação - Folha de Pessoal Civil <sup>1</sup>	3.922.080,00	4.279.635,00
Pessoal de Exercícios Anteriores <sup>2</sup>	1.571.606,43	805.498,50
Contribuição Patronal ao SASSEPE <sup>3</sup>	627.151,65	639.559,54
Férias – Contribuição Patronal INSS <sup>1</sup>	363.239,14	354.283,39
Contribuição Patronal ao INSS <sup>3</sup>	291.801,35	516.868,53
Demais Obrigações	91.017,84	4.000,00
<b>Total</b>	<b>158.715.955,26</b>	<b>130.919.744,52</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Refere-se a apropriação por competência, passível de futura execução orçamentária.

<sup>2</sup> Obrigação referente a saldo remanescente da Parcela Autônoma de Equivalência – PAE, auxílio alimentação atrasado devidos a magistrados, bem como de valores a devolver, passível de futura execução orçamentária.

<sup>3</sup> Obrigações inscritas em Restos a Pagar Processados.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

Destaca-se que dentre as obrigações acima, R\$ 127.531.898,11 são valores decorrentes da apropriação de férias e respectivos encargos devidos a servidores e magistrados, conforme informação dos relatórios mensais gerados pelo sistema Universal RH, cuja classificação contábil é de passivo permanente, ou seja, que dependem ainda de execução orçamentária para o seu pagamento.

O acréscimo nesse grupo em 2018 decorre do reconhecimento da licença prêmio, devida a alguns servidores, explicada no item 2.1.8.

**Nota 8 – Demais Obrigações a Curto Prazo** – Compreende outras obrigações da entidade junto a terceiros, evidenciadas no quadro.

Descrição	2018	2017
Contribuições Previdenciárias RPPS a Recolher - Folha de Pessoal Civil	28.688.990,57	13.841.876,79
Imposto de Renda Retido a Recolher – Folha de Pessoal Civil	12.478.323,30	11.904.816,82
Demais Obrigações	898.987,57	1.740.933,07
Total	42.066.301,44	27.487.626,68

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 9 – Resultados Acumulados** – Compõe o Patrimônio Líquido - PL da entidade e encontra-se detalhado no quadro a seguir.

Descrição	2018	2017
Resultado do Exercício <sup>1</sup>	26.181.759,36	135.243.814,58
Ajustes de Exercícios Anteriores	(17.459.140,48)	61.513.034,58
Subtotal	8.722.618,88	196.756.849,16
Resultado de Exercícios Anteriores	786.956.831,13	590.199.981,97
Total do Patrimônio Líquido	795.679.450,01	786.956.831,13

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, o quadro a seguir elenca os fatos que determinaram tais registros.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

Descrição	2018	2017
Reconhecimento do Passivo com Licença Prêmio	(28.602.479,88)	-
Avaliação de Imóveis	15.129.639,50	61.099.986,34
Avaliação das doações concedidas – Bens Móveis <sup>1</sup>	(3.596.486,41)	-
Baixa de Imóveis	(324.567,00)	-
Baixa de veículos por sinistro	(83.100,00)	-
Depreciação de Bens Imóveis	17.853,31	(528.971,54)
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	-	942.019,78
<b>Total</b>	<b>(17.459.140,48)</b>	<b>61.513.034,58</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Refere-se a ajuste dos bens doados no exercício, com base em avaliação realizada pelo setor de patrimônio do Poder, razão pela qual foi registrada como ajuste de exercícios anteriores, considerando que os bens estavam registrados a custo histórico. O valor líquido contábil foi baixado do ativo contra uma variação patrimonial diminutiva do período.

### 3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964

**Nota 10** – Evidencia a composição patrimonial, segregada em ativo, passivo e patrimônio líquido, conforme estrutura determinada na Lei Federal nº 4.320/1964. O ativo e passivo são classificados em financeiro e permanente, os quais representam, respectivamente, a independência ou não de autorização orçamentária/legislativa.

É por meio desse quadro que pode ser calculado o superávit financeiro do exercício, ao comparar o ativo e passivo financeiros. Tal resultado é evidenciado em quadro próprio, tendo atingido em 2018 o montante de R\$ 12.123.153,75, demonstrado na Nota 12.

### 3.3. Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964

**Nota 11**- Evidencia as contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, denominados atos potenciais do ativo e do passivo. Entretanto, ainda não há informações a esse título, especialmente aquelas relacionadas a garantias e contragarantias recebidas e direitos contratuais.

Em que pese a IPC 04 versar apenas a respeito de atos que possam vir a afetar o patrimônio, informa-se que há registros a partir de 2012 em outras contas de compensação associadas ao controle financeiro das contas bancárias vinculadas a





### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

pagamentos de precatórios subordinados ao regime especial que não afetam o patrimônio do Tribunal, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 99/2017.

Ente Devedor	Saldo Bancário em	
	31/12/2018	31/12/2017
Estado de Pernambuco	222.056.149,28	110.585.136,02
Municípios	56.058.785,57	55.242.203,63
<b>Total</b>	<b>278.114.934,85</b>	<b>165.827.339,65</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

#### 3.4. Quadro do Superávit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

**Nota 12** - O superávit financeiro representa a diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, sendo apresentado nesse quadro por destinação de recursos. Esse montante, quando positivo, representa fonte de recursos para abertura de crédito adicional no exercício seguinte, pois em sua essência, é sobra de recurso que pode ser utilizada futuramente, observadas as vinculações legais.

Descrição	2018	2017
Recursos Ordinários - Administração Direta	11.823.735,78	15.553.224,02
Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	299.417,97	283.906,71
<b>TOTAL</b>	<b>12.123.153,75</b>	<b>15.837.130,73</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

#### 3.5. Quadro Analítico do Balanço Patrimonial – Resolução TCE nº 024/2017

O quadro abaixo foi elaborado, em atendimento ao item 12 do Anexo VIII da Resolução TCE nº 24/2017, com a finalidade de evidenciar as contas relacionadas nos grupos do balanço patrimonial, indicados os respectivos atributos financeiro ou permanente, conforme lógica do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, mencionados no item 3.2.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - UGE 070001  
QUADRO ANALÍTICO DO BALANÇO PATRIMONIAL

EXERCÍCIO: 2018

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO</b>			
<b><u>Ativo Circulante</u></b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa (F)		55.696.248,48	45.554.500,17
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		1.930.802,78	7.956.655,93
(P) Abono Constitucional de Férias		-	7.667.049,84
(P) Outras Responsabilidades		-	-
(P) Créditos a Receber Decorrente de Acordos com Servidores e Ex-Servidores		1.824.472,36	2.257.365,85
(F) Multas a Recuperar		529,31	-
(F) Outros Créditos a Receber		15.269,90	-
(P) Créditos por Outros Contratos		3.730.825,76	3.763.550,76
(P) Convênio de Cessão de Pessoal		1.787.787,24	-
(P) Ajuste de Perdas de Créditos por Danos ao Patrimônio		-	-
(P) Outros Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		-	-
(P) Ajuste de Perdas de Créd. a Receber Decor. de Acordos com Serv. e Ex-Servidores		(1.782.691,94)	(2.148.786,55)
(P) Ajuste de Perdas de Créditos a Receber por Outros Contratos		(3.645.389,85)	(3.582.523,97)
Estoques (P)		6.594.813,97	7.467.765,57
<i>Total do Ativo Circulante</i>		<b>64.221.865,23</b>	<b>60.978.921,67</b>
<b><u>Ativo Não Circulante</u></b>			
Realizável a Longo Prazo (P)		17.955,39	33.002,90
Créditos a Longo Prazo (P)		17.955,39	33.002,90
Imobilizado (P)		925.658.947,92	877.017.606,53
Intangível (P)		7.153.386,43	8.403.985,92
<i>Total do Ativo Não Circulante</i>		<b>932.830.289,74</b>	<b>885.454.595,35</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>997.052.154,97</b>	<b>946.433.517,02</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b><u>Passivo Circulante</u></b>			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		158.715.955,26	130.919.744,52
(F) Folha Pessoal a Pagar pela UG		13.191,24	-
(P) Férias Vencidas sobre Folha Pessoal Civil		77.826,60	-
(P) Férias Vencidas sobre Folha Pessoal Civil		79.032.740,90	79.689.166,96
(P) Férias Vencidas - Abono Constitucional Folha Pessoal Civil		25.588.354,06	25.845.466,35
(P) Auxílio Alimentação s/ Férias Vencidas		3.922.080,00	4.279.635,00
(P) Licença Prêmio Vencida		28.602.479,88	-
(P) Folha Pessoal – Exercícios Anteriores		1.571.606,43	-
(P) Despesas de Pessoal de Exercícios Anteriores		-	805.498,50
(F) Benefícios Assistenciais a Pagar	1	-	4.000,00
(P) Encargo Patronal ao RPPS s/ Férias Vencidas - Ativo Civil		18.625.484,01	18.785.266,25
(F) Contribuição ao Sassepe a Pagar	1	627.151,65	639.559,54







**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

(F) INSS - Contribuição sobre Salários e Remunerações	1	291.801,35	516.868,53
(P) Contribuição Patronal ao INSS s/ Férias Vencidas - Ativo Civil		363.239,14	354.283,39
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		590.448,26	1.069.314,69
(F) Fornecedores Nacionais do Exercício a Pagar	1	590.448,26	1.069.314,69
Demais Obrigações a Curto Prazo (F)		42.066.301,44	27.487.626,68
(F) Consignações Retidas sobre a Folha de Pagamento		-	957,64
(F) Vencimentos, Salários e Pensões não Reclamados/Bloqueados		5.062,10	25.125,76
(F) Pensões não Reclamadas/Bloqueadas		-	9.467,34
(F) Depósitos de Cauções de Terceiros		397.510,87	347.519,82
(F) Depósitos de Terceiros		171.225,00	-
(F) Rec. do Fundo de Gratuidade (Lei 11404-Art.28)		-	1.028.580,03
(F) Contribuições Outros Poderes a Repassar		28.688.990,57	13.841.876,79
(F) INSS Retido Servidores sobre Folha de Pagamento		171.358,23	161.099,91
(F) Imposto de Renda Retido sobre a Folha de Pagamento		12.478.323,30	11.904.816,82
(F) Indenizações e Restituições a Pagar	1	-	14.291,20
(F) Subvenções Sociais a Pagar	1	153.831,37	153.891,37
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>201.372.704,96</b>	<b>159.476.685,89</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
<i>Total do Passivo Não Circulante</i>		-	-
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Resultados Acumulados (P)		795.679.450,01	786.956.831,13
<i>Total do Patrimônio Líquido</i>		<b>795.679.450,01</b>	<b>786.956.831,13</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>997.052.154,97</b>	<b>946.433.517,02</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 1** - São obrigações que já passaram pela execução orçamentária (empenho e liquidação), correspondente aos restos a pagar processados, que totalizaram R\$ 1.663.232,63 em 2018 e R\$ 2.397.925,33 em 2017.

#### 4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, conforme definição do MCASP.

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.





## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

**Nota 1 – Transferências Intragovernamentais Recebidas** - Compreendem os duodécimos recebidos do Poder Executivo, bem como as transferências de almoxarifado, bens móveis, bens imóveis e softwares recebidos do FERM-PJ, em virtude de o controle patrimonial do Poder Judiciário ocorrer de forma centralizada na UG 070001 – TJPE, apresentados no quadro a seguir. Destaca-se que as referidas transferências recebidas pelo TJPE aparecem como concedidas no FERM-PJ, anulando-se numa demonstração consolidada do Poder, exceto o valor de R\$ 3.362.867,45, que aparece como transferência de bens móveis recebida e concedida desta DVP, em virtude do evento contábil utilizado, não afetando o resultado patrimonial do TJPE.

Descrição	2018	2017
Duodécimos Recebidos <sup>1</sup>	1.280.214.000,04	1.206.402.099,96
Bens Móveis - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	17.750.334,75	22.594.158,94
Almoxarifado - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	3.663.871,85	4.389.140,98
Bens Imóveis - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	40.360.094,30	58.178.831,70
Softwares – Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	2.386.149,61	3.618.417,68
Bem imóveis - Cessões Devolvidas Intra OFSS <sup>2</sup>	405.636,32	-
Total	1.344.780.086,87	1.295.182.649,26

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Em 2018, contempla R\$ 34.000.000,00 referente a crédito suplementar ao montante inicialmente previsto na Lei Orçamentária Anual, conforme Decreto nº 46.425/2018.

<sup>2</sup> OFSS - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

**Nota 2 –Transferências Intergovernamentais Recebidas** – No total de R\$ 356.285,00, R\$ 164.285,00 refere-se a doação de ônibus rodoviário pelo TRE/PE e R\$ 192.000,00 refere-se a doação, pela prefeitura, de terreno para construção do novo Fórum de Lajedo, avaliado a valor de mercado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do TJPE.

**Nota 3 – Desincorporação de Passivos** – Do total, R\$ 31.049.954,06 decorre de ajustes no passivo de férias, cuja metodologia consiste em ajuste mensal de saldo a pagar, com base nas informações recebidas da Secretaria de Gestão de Pessoas, implicando em registros de VPA e VPD, a depender da variação do saldo do passivo.

**Nota 4 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas** – Em 2018, destacam-se as variações patrimoniais aumentativas relativas a ressarcimento de pessoal, no valor





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

de R\$ 5.062.580,61, decorrentes de registros de créditos a receber no ativo. O acréscimo significativo em relação à 2017 justifica-se pela alteração na metodologia do reconhecimento do direito a receber pela cessão de pessoal que passou a ser por competência. Até 2017, o regime contábil adotado para cessão de pessoal era o de caixa, que reconhece o valor efetivamente recebido. Dessa forma, do total de R\$ 5.062.580,61, reconhecido em 2018, resta a receber em 31/12/18, o montante de R\$ 1.787.787,24, evidenciado na nota 2 do balanço patrimonial.

Descrição	2018	2017
Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição	5.062.580,61	1.811.873,55
Outras Restituições	1.146.269,59	597.773,12
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas Diversas	17.902,33	10.673,15
Multas Administrativas	-	50.346,14
<b>Total</b>	<b>6.226.752,53</b>	<b>2.470.665,96</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 5 – Encargos Patronais** – A despesa com esse item em 2018 foi executada integralmente pela UG 070001-TJPE. Portanto, os valores apresentados nas demonstrações individuais das unidades do Poder não devem ser analisados de forma isolada. Para uma análise adequada, deve ser considerada a execução total da despesa apresentada na demonstração consolidada, que evidencia um acréscimo de aproximadamente R\$ 12 milhões, representando 5,51% de aumento em relação a 2017.

**Nota 6 – Depreciação, Amortização e Exaustão** – Evidencia a depreciação e a amortização, calculadas pelo método das quotas constantes, conforme detalhado no item 2.1.7.

Descrição	2018	2017
Depreciação de Bens Imóveis	8.451.534,65	6.268.796,79
Amortização de Intangível	3.636.749,10	4.939.420,76
<b>Total</b>	<b>12.088.283,75</b>	<b>11.208.217,55</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 7 – Transferências Intragovernamentais Concedidas** – Correspondem a transações realizadas entre unidades gestoras do Poder (TJ e FERM-PJ) e do Estado





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

de PE, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores, bens móveis, imóveis, almoxarifado e/ou softwares.

Descrição	2018	2017
Bens Imóveis - Transferência entre Unidades Gestoras do mesmo órgão <sup>1</sup>	3.362.867,45	-
Bens Imóveis - Cessões Concedidas	2.883.295,45	405.636,32
Bens Imóveis - Cessões Devolvidas	464.340,53	865.135,62
Bens Móveis - Doações para Outro Órgão	10.347,72	992.132,88
Bens Móveis - Transferência entre Unidades Gestoras do mesmo órgão	-	1.143.035,41
<b>Total</b>	<b>6.720.851,15</b>	<b>3.405.940,23</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Refere-se a registros que não influenciam no resultado do período, por apresentar o valor correspondente na VPA, conforme explicado na nota 1 desta DVP.

**Nota 8 – Transferências Intergovernamentais Concedidas** - Do montante de R\$ 4.856.656,10, R\$ 2.859.074,90 refere-se a cessão de imóveis cedidos a municípios e R\$ 1.997.581,20 a devolução de bens imóveis cedidos por municípios.

**Nota 9 – Transferências a Instituições Privadas** – Corresponde à despesa executada a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes, conforme o Convênio nº 08/2012.

**Nota 10 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas** – Refere-se ao registro de ajuste para perdas realizado na conta de dívida ativa não tributária, calculado com base na metodologia detalhada no item 2.1.4. O ajuste na conta de créditos a receber foi revertido, conforme VPA detalhada na nota 4.

Descrição	2018	2017
Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	602.536,86	203.776,51
Ajuste para Perdas em Créditos Não Tributários	-	291.306,92
Desincorporação de Outros Créditos Não Tributários	-	2.444,69
<b>Total</b>	<b>602.536,86</b>	<b>497.528,12</b>

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro





## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

**Nota 11 – Desincorporação de Ativos** – Corresponde a baixa de bens móveis e imóveis, conforme tabela a seguir.

Descrição	2018	2017
Outras Desincorporações de Bens Imóveis <sup>1</sup>	961.002,13	-
Desincorporação de Créditos a Receber não Tributários	292.760,05	8.738,30
Doação de Bens Móveis <sup>2</sup>	376.354,35	-
Outras Baixa de Bens Móveis	7.950,00	1.192,03
Total	1.638.066,53	9.930,33

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

<sup>1</sup> Desincorporação de bens imóveis por demolição, remembramento, dentre outros.

<sup>2</sup> Realizada para entidades sem fins lucrativos, bem como unidades do Poder Executivo estadual. Registrada pelo valor líquido contábil que corresponde a avaliação realizada pelo setor de Patrimônio, para os bens considerados inservíveis / antieconômicos. O saldo resultante da apuração entre o valor de aquisição (custo histórico) e o de avaliação desses bens, no montante de R\$ 3.596.486,41, foi lançado na conta de ajuste de exercícios anteriores, conforme nota 9 do balanço patrimonial.

**Nota 12 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas** – A variação em relação ao montante de 2017, decorre do aumento no vale refeição, inclusive com efeitos retroativos a agosto de 2017, concedido aos militares inativos da guarda patrimonial pela prestação dos serviços de segurança realizada nos prédios do Poder.

## 5. Balanço Orçamentário

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, nos termos do art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

De acordo com o disposto no MCASP e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:





## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

- ✓ Quadro principal do Balanço Orçamentário – MCASP
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

### 5.1. Quadro principal do Balanço Orçamentário - MCASP

O Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo, em virtude do disposto nas orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

"Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo deficitários e dependentes de recursos do Tesouro. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento do exercício."

Como consequência desse dispositivo, o Balanço do TJPE apresenta um déficit, justificado na Nota 1.

Além disso, as colunas "Saldo" e "Saldo da Dotação", que historicamente foram apresentadas por valores iguais, no novo modelo não coincidem, em virtude das orientações contidas no MCASP que não considera o valor do déficit de previsão da receita no demonstrativo. O déficit deve ser informado apenas para a execução.

**Nota 1 – Déficit Orçamentário** – É obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário, evidenciado no quadro abaixo, decorre essencialmente das transferências financeiras advindas do Estado a título de duodécimos, as quais não são consideradas receitas orçamentárias neste Poder, vez que já foram computadas pela Secretaria da Fazenda na origem quando da arrecadação.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	(c) = ( a – b )
7.871.855,80	1.291.799.832,82	(1.283.927.977,02)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

Ressalta-se que as receitas realizadas foram em sua maioria advindas dos rendimentos de aplicação financeira, bem como com ressarcimento de pessoal cedido.

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências recebidas, o resultado apresentado seria deficitário no valor de R\$ 3.713.976,98.

Receitas Realizadas	Transferências Recebidas (Duodécimos)	Despesas Empenhadas	Déficit
(a)	(b)	(c)	(d) = (a + b - c)
7.871.855,80	1.280.214.000,04	1.291.799.832,82	(3.713.976,98)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 2 – Saldos de Exercícios Anteriores** – O montante de R\$ 15.553.000,00 representa aproximadamente 100% do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, no montante de R\$ 15.553.224,02, referente a fonte 101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro). Esse valor foi utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais suplementares no exercício de 2018.

**Nota 3 – Dotação Atualizada** – Em relação à dotação inicial, houve um acréscimo de R\$ 49.553.000,00. Esse montante resulta de suplementações decorrentes de créditos adicionais no valor de R\$15.553.000,00, advindo de superávit financeiro, evidenciado na nota 2 acima, além do recebimento de R\$ 34.000.000,00, conforme Decreto nº 46.425/2018, cuja fonte foi anulação de recursos do Poder Executivo.

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação (Recursos do Estado)	Suplementação (Recursos do TJ)	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d) = (a + b + c)
1.246.214.000,00	15.553.000,00	34.000.000,00	1.295.767.000,00

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**Nota 4 – Despesas Empenhadas e Liquidadas** – Atingiram o montante de R\$ 1.291.799.832,82, correspondendo a 99,68% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 3.967.167,18.





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

Dotação Atualizada da Despesa	Despesas Empenhadas	Saldo da Dotação
(a)	(b)	(c) = (a-b)
1.295.767.000,00	1.291.799.832,82	3.967.167,18

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

**5.2. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados**

Por não ter ocorrido inscrição de Restos a Pagar Não Processados, tanto no exercício de 2018, assim como em 2017, não há valores a serem apresentados a esse título.

**5.3. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados**

Todo o valor inscrito em Restos a Pagar Processado em 2017 foi pago no decorrer do exercício de 2018.

**5.4. Demonstrativo da movimentação das Fontes de Recursos**

Em atenção ao item 16 do Anexo VIII da Resolução TCE nº 46/2018, que trata da elaboração das Notas Explicativas, foi elaborado o quadro abaixo referente a movimentação das fontes de recursos, contendo o saldo inicial da disponibilidade por destinação de recursos e respectivas entradas, saídas e saldo final.

Discriminação	Fontes		Total
	101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro)	121000000 Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	
Saldo inicial 2018 (I)	15.553.224,02	283.906,71	15.837.130,73
Entradas (II)	1.288.070.344,58	15.511,26	1.288.085.855,84
Duodécimos Recebidos	1.280.214.000,04	0	1.280.214.000,04
Receitas Orçamentárias	7.856.344,54	15.511,26	7.871.855,80
Saídas (III)	1.291.799.832,82	0	1.291.799.832,82
Despesas Liquidadas	1.291.799.832,82	0	1.291.799.832,82
Saldo Final 2018 (IV) = (I + II - III)	11.823.735,78	299.417,97	12.123.153,75

Fonte: e-Fisco Financeiro







## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

### 6. Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, consignações, retenções de tributos, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações, retenções e restos a pagar, entre outros.

**Nota 1 – Receita Orçamentária** – Em conformidade com a orientação do MCASP e da IPC 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro, a receita deve ser apresentada líquida das deduções. Destaca-se que não houve registro de deduções nesse exercício.

**Nota 2 – Saldo para o Exercício Seguinte** – Através da análise comparativa, verifica-se um aumento do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$ 10.141.748,31, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2017, reflexo do resultado orçamentário, bem como do fluxo da movimentação dos recursos extraorçamentários, inclusive transferências recebidas e concedidas. Esse indicador deve ser analisado conjuntamente com a alteração do passivo financeiro, evidenciado no balanço patrimonial, que apresentou em 2018 um aumento de R\$ 13.871.524,50, comparado ao saldo de 2017.

Saldo Final 31/12/2018	Saldo Final 31/12/2017	Resultado Financeiro 2018
(a)	(b)	(c) = (a - b)
55.696.248,48	45.554.500,17	10.141.748,31

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro





## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018

### 7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Elaborada pelo método direto, apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Na DFC são apresentados os fluxos de caixa extraorçamentários, inerente à execução orçamentária, provenientes do fato de a despesa orçamentária paga, evidenciada pelo sistema, ser contabilizada pelo seu valor bruto. Entretanto, a saída de caixa efetiva desses recursos ocorre em datas distintas, conforme data de pagamento aos credores e de recolhimento das respectivas retenções. Além disso, a movimentação de valores de terceiros, a exemplo de cauções, considerada extraorçamentária, não representa ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento. Tal sistemática está em conformidade com o disposto no MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, item 6.5, que orienta ajustar o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição.

A DFC é composta por: a) Quadro Principal; b) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias; c) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; d) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; e) Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

**Nota 1 – Transferências Recebidas** – Representam as transferências financeiras recebidas, no montante de R\$ 1.280.214.000,04, para cobertura dos gastos classificados na fonte de recurso 101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro), advindo do Poder Executivo a título de duodécimos, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA.

**Nota 2 – Transferências Concedidas** – Correspondem à despesa paga a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), no montante de R\$ 1.720.194,55, inclusive restos a pagar pago, visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes, conforme o Convênio nº 08/2012.

**Nota 3 – Geração Líquida Extraorçamentária** – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários, representados principalmente pelo ingresso e pagamento de retenções e depósitos diversos, que resultaram, no exercício de 2018,





Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2018**

---

em um aumento no saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 14.590.417,99.

Recife, 31/12/2018

Carleide Maria Bezerra  
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Adalberto de Oliveira Melo  
Presidente

